

Rui Barbosa e o socialismo*

O pensamento de Rui permanece atual e instigante, apontando rumos, mostrando soluções para os eternos problemas sociais com que se debate a população brasileira. Hoje, como no início do século, discute-se a situação dos operários, do trabalho feminino e da criança, do homem do campo, dos acidentes de trabalho, do socialismo e do capitalismo.

Tendo adquirido a Revista do Brasil em 1918, Monteiro Lobato lançou, no ano seguinte, Idéias de Jeca Tatu, personagem que ficou imediatamente famoso. Tanto que Rui Barbosa, candidato pela segunda vez à presidência da República, e que pautava até então suas campanhas pelo civilismo e pela defesa das leis, impressionado com a obra de Lobato, fez a conferência que estamos publicando, no dia 20 de março de 1919, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. É uma nova linha na campanha do candidato. É a obra literária influenciando determinadamente na ação política. É a sensibilidade do artista desnudando o fato social não percebido.

A conferência de Rui - A Questão Social e a Política no Brasil - foi logo publicada, na íntegra, no número 40 da Revista do Brasil, em abril de 1919. Ao iniciar-se esta quinta fase da revista, a conferência é republicada, com a eliminação dos períodos dedicados às divergências do candidato com outros políticos da época, assim como seus comentários à lei de 15 de janeiro daquele ano. O corpo principal da conferência que aí está, no entanto, perdurará enquanto não forem sanadas as flagrantes injustiças sociais que marginalizam milhões de brasileiros. Nela vemos o conselheiro Rui Barbosa elogiar o socialismo democrático, defender o voto direto, condenar a corrupção, defender o trabalhador, o negro, a mulher. Nela vemos o homem Rui Barbosa recusar-se a participar da conspiração do silêncio e da mentira, desejar ser um eco incorruptível da justiça. Não cabe agora discutir se o Brasil seria melhor ou pior, caso Rui Barbosa houvesse chegado à Presidência. Mas, de Rui a Sobral Pinto, muitos ilustres brasileiros têm lutado contra a injustiça e a desigualdade social. Cabe-nos, ainda, manter a esperança.

Senhores:

Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos "Urupês", de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça, que, "entre as formadoras da nossa nacionalidade", se perpetua, "a vegetar, de côcoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso"?



Fonte: Revista do Brasil - Ano 1 - nº 1/84

* Este texto foi extraído da Revista do Brasil, nº 1, 1984. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, pp. 134-141.

Jeca Tatu

Solta Pedro I o grito do Ipiranga. E o caboclo, em cócoras. Vem, com o 13 de Maio, a libertação dos escravos; e o caboclo, de cócoras. Derriba o 15 de Novembro um trono, erguendo uma República; e o caboclo, acocorado. No cenário da revolta, entre Floriano, Custódio e Gumerindo, se joga a sorte do País, esmagado quatro anos por "Incitatus"; e o caboclo ainda com os joelhos à boca. A cada um desses baques, a cada um desses estrondos, soergue o torso, espia, coça a cabeça, "magina", mas volta à modorra e não dá pelo resto. De pé, não é gente. A não ser assentado sobre os calcanhares, não desemperra a língua, "nem há de dizer coisa com coisa". A sua biboca de sapê faz rir aos bichos da toca. Por cama "uma esteira espipada". Roupas, a dor do corpo. Mantimentos, os que junta aos cantos da sórdida arribana. O luxo do toucinho pendente de um gancho à cumieira. À parede, a pica-pau, o polvarinho de chifre, o rabo de tatu e, em pára-raio, as palmas bentas. Se a cabana racha, e está de "janelinhas abertas para o resto da vida". Quando o colmo do teto, aluído pelo tempo, escorre para dentro a chuva, não se veda o rombo; basta aparar-lhe a água num gamelo. Desaprumando-se os barrotes da casa, um santo de mascate, grudado à parede, lhe vale de contraforte, embora, quando ronca a trovoadas, não deixe o dono de se julgar mais um seguro no oco de uma árvore vizinha. O mato vem beirar com o terreirinho nu da palhoça. Nem flores, nem frutas, nem legumes. Da terra, só a mandioca, o milho e a cana. Porque não exige cultura nem colheita. A mandioca "sem vergonha", não teme formiga. A cana dá rapadura, dá a garapa, e açucara, de um rolete espremido a pulso, a cuia do café.

Para Jeca Tatu "o ato mais importante da sua vida é votar no Governo". "Vota. Não sabe em quem. Mas vota". "Jeca por dentro rivaliza com Jeca por fora. O mobiliário cerebral vale o do casebre". Não tem o sentimento da pátria, nem, sequer, a noção de país. De "guerra, defesa nacional, ou Governo" tudo quanto sabe, se reduz ao pavor do recrutamento. Mas, para todas as doenças, dispõe de mezinhas prodigiosas, como as idéias dos nossos estadistas. Não há bronquite que resista ao cuspir do doente na boca de um peixe, solto, em seguida, água abaixo. Para brotoeja, cozimento de beijo de pote. Dor de peito? O porrete é jasmim de cachorro". Parto difícil? Engula a cachopa três caroços de feijão mouro, e "vista no avesso a camisa do marido".

Um fatalismo cego o acorrenta à inércia. Nem um laivo de imaginação, ou o mais longínquo rudimento de arte, na sua imbecilidade. Mazorra e soturna, apenas rouqueja lúgubres toadas. "Triste como o curiango, nem sequer assobia". No meio da natureza brasileira, das suas catadupas de vida, sons e coloridos, "é sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas. Não fala, não canta, não ri, não ama, não vive". Não sei bem, senhores, se no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente ou inconscientemente, a síntese da concepção, que tem, da nossa nacionalidade pelos homens que a exploram.

A visão dos manda-chuvas

Se os pecos manda-chuvas deste sertão mal roçado, que se chama Brasil, o considerassem habitado, realmente, de uma raça de homens, evidentemente não teriam a petulância de o governar por meio de farsanterias, como a com que acabam de arrostar a

opinião nacional e a opinião internacional, atirando à cara da primeira o ato de mais violento desprezo, que nunca se ousou contra um povo de mediana consciência e qualquer virilidade.

Para animar esses gozadores inveterados nas covardias do egoísmo a esse rasgo de intrepidez contra os sentimentos de uma nação inteira, justamente quando esses sentimentos se estão patenteando com toda esta intensidade, havemos de supor que o vesgo de se encontrarem com um país de resignação ilimitada e eterna indiferença os acostumou a verem nos seus conterrâneos a caboclada lerdança e tardonha da família do herói dos Urupês, a raça despatriada e lorpa, que vegeta, como os lagartos, ao sol, na madraçaria e lombeira dos campos descultivados.

O que eles vêem sucedendo à idade embrionária do colono, dobrado ao jugo dos capitães mores; o que eles vêem, seguindo-se à época tenebrosa do africano vergalhado pelo relho dos negreiros, é o período banzeiro do autóctone, cedido pela catequese dos missionários à catequese dos politíqueiros, lanzudo ainda na transição mal amanhada e suscetível, pelo seu baixo hibridismo, das bestializações mais imprevisíveis.

Eis o que eles enxergam, o que eles têm por averiguado, o que os seus atos dão por líquido no povo brasileiro: uma ralé semi-animal e semi-humana de escravos de nascença, concebidos e gerados para a obediência, como o muar para a albarba, como o suíno para o chiqueiro, como o gorila para a corrente; uma raça cujo cérebro ainda se não sabe se é de banana, ou de mamão, para se empapar de tudo o que lhe imbutam; uma raça cujo coração ainda não se estudou se é de cortiça, ou de borracha, para não guardar moessa de nada, que o contunda; uma raça, cujo sangue seja de sânie ou de lodo, para não sair jamais da estagnação do charco, ou do esfacelo da gangrena; uma raça, cuja índole não participe, sequer, por alguns instintos nobres ou úteis, dos graus superiores da animalidade.

De outra sorte não poderia suceder que, precisamente quando se trata do ato mais vital de uma nação, a escolha da cabeça do seu Governo, seja essa nação a que se elimine, para exercer a suas vezes o lendeago dos seus parasitas. De outro modo não se conceberia que, justamente quando os mais obdurados e truculentos despotismos do mundo rolam pelo chão arastando na queda os mais velhos tronos e as dinastias mais poderosas, aqui, três ou quatro moirões de lenho podre até o cerne, se ponham rosto a rosto com todas as expressões do sentimento público, e as levem de vencida. De outra maneira não se explicaria que, exatamente quando se anunciava aos quatro ventos um movimento de regeneração dos costumes políticos, empenhados em corresponder à grandeza das dificuldades com a grandeza dos exemplos, tudo se resolvesse na comédia mais ignóbil, de que nunca foi testemunha a nossa história. Não, senhores, de outro jeito não se explicaria que, quando todas as nações andam à competência, no campo de honra, em dar, qual a qual, em modelos ao universo atento, os seus maiores homens, as suas maiores ações e as suas maiores qualidades, a política brasileira elegeisse este momento, para assombrar o mundo com a sua inveja, a sua tacanharia, a sua corrupção e a sua cegueira; para juntar aos olhos do estrangeiro, numa só cena, como representação da nossa mentalidade e da nossa moralidade, um concurso de indivíduos, vícios e opróbrios, que obrigariam a corar o mais desgraçado e o menos sensível retalho da humanidade.

O Brasil não é isso

Mas, senhores, se é isso o que eles vêem, será isto, realmente, o que nós somos? Não seria o povo brasileiro mais do que esse espécime do caboclo mais desasnado, que não se sabe ter de pé, nem mesmo se senta, conjunto de todos os estigmas da calaçaria e

da estupidez, cujo voto se compre com um rolete de fumo, uma andaina de sarjão e uma vez de aguardente? Não valerá realmente mais o povo brasileiro do que os conventilhos de advogados administrativos, as quadrilhas de corretores políticos e vendilhões parlamentares, por cujas mãos corre, barateada, a representação de sua soberania? Deverão, com efeito, as outras nações, a cujo grande conselho comparecemos, medir o nosso valor pelo dessa troca de escaladores do poder, que o julgam ter conquistado com a submissão de todos, porque num lance de roleta viciada, empalmaram a sorte, e varreram a mesa?

Não. Não se engane o estrangeiro. Não enganemos nós mesmos. Não! O Brasil não é isso. Não! O Brasil não é o sócio de um clube de jogo e de pândega dos vivedores, que se apoderaram de sua fortuna, e o querem tratar como a libertinagem trata as companheiras momentâneas da sua luxúria. Não! O Brasil não é esse ajuntamento coletivo de criaturas taradas, sobre que possa correr, sem a menor impressão; o sopro das aspirações, que nesta hora agitam a humanidade toda. Não! O Brasil não é essa nacionalidade fria, deliquesciente, cadaverizada, que receba na testa, sem estremecer, o carimbo de uma camarilha, como a messalina recebe no braço a tatuagem do amante, ou o calceta, no dorso, a flor-de-liz do verdugo. Não! O Brasil não aceita a cova que lhe estão cavando os cavadores do Tesouro, a cova onde o acabariam de roer até os ossos os tatus-canastras da politicalha. Nada, nada disso é o Brasil.

O que é o Brasil

O Brasil não é "isso". É "isto". O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso, de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano. Não são os oligarcas estaduais. Não são os ministros de tarracha. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguel. Não são os estadistas de impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. São as células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para a renovação das nossas energias. É o povo, num desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade.

O trabalho

Há na vossa grandeza um condão para atrair os que se não rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho, é bom. Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que se assenta no trabalho é útil. Por isso a riqueza, por isso o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providências; como ele, necessários, benfazejos como ele. Mas já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital.

Trabalho e escravidão

Quando o coração me começou a vibrar dos sentimentos, que me têm enchido a vida, o trabalho arfava acorrentado à rocha da escravidão, onde lhe dilacerava as entranhas o abutre da cobiça

desumana. No dia em que o raio de Deus fundiu aquelas cadeias, bem sentimos nós outros, o que havíamos buscado colaborar na obra da Providência, adiantando-lhe a data, que de sobre o granito, onde se acabavam de partir os grilhões da raça cativa, se erguia um poder novo, um poder entre nós desconhecido, o poder, ainda inconsciente do trabalho regenerado.

Dentre os que tínhamos levantado o picão ou o camartelo contra o penedo, a que se chumbava a instituição maldita, cada qual estreitava ao peito as lembranças do seu contingente para a campanha em que entrara. O meu fora modesto. Mas abrangera tudo o que eu podia. Com ela me estreei na tribuna popular, acadêmico ainda, encetando-a com a primeira conferência abolicionista, que se ousou em S. Paulo. Depois, a minha pena, a minha palavra deram a essa causa o melhor do meu ser, e dessa causa receberam o melhor das inspirações.

A raça libertada

Estava liberto o primitivo operariado brasileiro, aquele a quem se devia a criação da nossa primeira riqueza nacional.

Terminava o martírio, em que os obreiros dessa construção haviam deixado, não só o suor do seu rosto e os dias da sua vida, mas todos os direitos da sua humanidade, contados e pagos em opróbrios, torturas e agonias.

Mas que fizeram dos restos da raça resgatada os que lhe haviam sugado a existência em séculos de mais improba opressão? Nessas ruinarias havia ainda elementos humanos. De envolta com as gerações exaustas, que o túmulo esperava, estavam as gerações válidas, umas em plena virilidade, outras vencendo a adolescência, outras abrolhando, nascentes ainda, no meio das ruínas da sua ascendência exterminada. Que movimento de caridade tiveram por esses destroços humanos os árbitros do bem e do mal nesta terra? A responsabilidade não é da monarquia, que expirou ao outro dia da abolição. A responsabilidade não pode ser também do Governo provisório, que em só quatorze meses teve de liquidar um regime e erigir outro. Mas ao Governo revolucionário sucederam vinte e nove anos de República organizada, com oito quadriênios presidenciais de onipotência, quase todos em calmaria podre. Que conta darão à Deus esses Governos, senhores, de tudo o que ambicionaram, poderosos para tudo o que quiseram, livres em tudo o de que cogitaram, - que contas darão à Deus da sorte dessas gerações, que a revolução de 13 de Maio deixou esparsas, abandonadas à grosseria originária, em que a criara e abrutara o cativo?

Era uma raça que a legalidade nacional estragara. Cumprira às leis nacionais acudir-lhe na degradação, em que tendia a ser consumida, e se extinguir, se lhe não valessem. Valeram-lhe? Não. Deixaram-na estiolar nas senzalas, de onde se ausentara o interesse dos senhores pela sua antiga mercadoria, pelo seu gado humano de outrora. Executada assim, a abolição era uma ironia atroz. Dar liberdade ao negro, desinteressando-se como se desinteressaram absolutamente da sua sorte, não vinha a ser mais do que alforriar os senhores. O escravo continuava a sê-lo dos vícios, em que o mergulhavam.

Substituiu-se o chicote pela cachaça, o veneno, por excelência, etnicida, exterminador. Trocou-se a extenuação pelo serviço na extenuação pela ociosidade e suas objeções. Fez-se do liberto o guarda-costas político, o capanga eleitoral. Aguçaram-se-lhe os maus instintos do atavismo servil com a educação **da taberna, do bacamarte e da navalha**. Nenhuma providência administrativa, econômica, ou moral, se estudou, ou tentou, para salvar do total perdimento esses valores humanos que sossobravam. Nem a instrução, nem a caridade, nem a higiene intervieram de qualquer modo. O escravo emancipado, sua família, sua descendência en-

chacaram putrescentes no desamparo em que se achavam atascados. E eis aqui está como a política republicana liquidou o nosso antigo operariado, a plebe do trabalho brasileiro durante os séculos da nossa elaboração colonial e os quase setenta anos de nosso desenvolvimento sob a monarquia.

A segunda emancipação

Era uma segunda emancipação o que se teria de empreender, se o abolicionismo houvera sobrevivido à sua obra, para batizar a raça libertada nas fontes da civilização. Mas o abolicionismo degenerara da independência das suas origens, adotando o culto da princesa redentora; os cabeças da causa vencedora adormeceram nos seus lauréis; e a República, reacionária desde o seu começo, desde o seu começo imersa no egoísmo da política do poder pelo poder, traidora desde o seu começo aos seus compromissos, tinha muito em que ocupar a sua gente, para ir desperdiçar o tempo com assuntos sociais.

Nem mesmo quando algum dos líderes da campanha recém-terminada se animasse a encetar a segunda, haveria onde a lograsse abrir com vantagem; porque só no Governo parlamentar existe o terreno capaz de dar teatro a essas cruzadas morais, a essas lutas pelas idéias nas regiões mais altas da palavra, onde elas se fecundam. No presidencialismo não há senão um poder verdadeiro: o do Chefe da Nação, exclusivo depositário da autoridade para o bem e o mal.

Os abolicionistas e os operários

Quando um homem se vota a defender os humildes contra os potentes, por outro motivo não se concede que anteponha os fracos aos fortes, a não ser para servir à justiça. Com os grandes e fortes está o lucro; com os fracos e humildes, o perigo. Como optar o risco, em lugar da vantagem, senão por antepor o direito à iniquidade?

No caso do cativo ainda mais se assinala, na preferência do desvalido ao poderoso, o desinteressado amor aos nossos semelhantes. Af a natureza e a fortuna despiram o miserável de todos os atrativos. A natureza lhe tisonou a pele, enegrecceu-lhe a tez, e lhe engrossou as feições. A fortuna o desnobreceu, o aviltou, desumanou-o grosseiramente, alarvalhou-lhe os costumes, condenou-o à esqualidez, mergulhou-o na lassidão, na preguiça, no abrutamento. De criaturas racionais assim desnaturadas só o mais arraigado sentimento de fraternidade humana ou a mais extrema paixão de caridade nos poderiam habituar ao contato. Mas nós nos sentimos nobilitados com ele; porque esse contato nos ensinava a amar a justiça.

O capital de agora é mais inteligente e não tem direitos contra a humanidade. Nem o obreiro é o animal de carga ou tiro, desclassificado inteiramente da espécie humana pela morte política e pela morte civil, que sepultavam em vida o escravo. Ao passo que este mal lhe assistia jus à preservação da vida material, o operário tem todos os direitos de cidadãos, todos os direitos individuais, todos os direitos civis, e, dotado, como os demais brasileiros, de todas as garantias constitucionais, não se queixa senão de que às relações peculiares do trabalho com o capital não corresponda um sistema de leis mais equitativas, a cuja sombra o capital não tenha meios para abusar do trabalho.

Abolicionismo e reforma social

Evidentemente, senhores, as duas situações distam imenso uma da outra. Entre a posição do trabalhador e a do escravo não

A Republica na intimidade



— TENHO UM NAS PALMAS DAS MÃOS... MAS OS OUTROS SÃO TÃO SYMPATHICOS...

Fonte: Revista do Brasil - Ano 1 - n° 1/84

há nada substancialmente comum. Mas uma relação de analogia as subordina à mesma ordem moral de idéias. Ambas interessam o trabalho: a primeira, nas liberdades elementares do homem e do cidadão; a segunda, na independência econômica do trabalhador. O abolicionismo restituiu o escravo à condição humana. A reforma social, na sua expressão moderada, conciliatória, cristã, completaria, no operário livre, a emancipação do trabalho, realizada, outrora em seus traços primordiais, no operário servil. Entre um e o outro caso, portanto, não vai mais do que uma transição natural, a que os sobreviventes da luta abolicionista não deverão negar o seu concurso.

Socialismo

Teria eu dito alguma vez qualquer coisa divergente desta proposição? Estarei acaso em contradição com ela, por haver declarado que o socialismo é uma teoria, um sistema, um partido. No socialismo, pois, como em todas as crenças de partido, em todos os sistemas, em todas as teorias, há um fundo verdadeiro, com acessórios falsos, ou um fundo errôneo, com acessórios justos. Os teoristas, os sistemáticos, os partidistas não discriminam entre o grão de verdade e a liga de erro, que a inquina, ou entre a base de erro e a superfície de verdade, que o recobre, e, amalgamando tudo numa só doutrina inteiriça estiram a verdade, por exageração, até os limites do erro ou impõem o erro como consequência inseparável do assentimento à verdade.

Eis por que motivo, senhores, grave desacerto me parece reduzir a boa causa operária a uma dependência essencial de sistematização socialista. Daí o não alistar-me ou no socialismo, professando, entretanto, ao mesmo tempo, como tenho professado, entretanto, ao mesmo tempo, como tenho professado, a mais sincera adesão ao movimento operário nos seus propósitos razoáveis, nas aspirações irrecusáveis que encerra, em muitos dos seus artigos, o seu programa de ação.

A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluído rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo restringidas agora por uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já se não vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana.

Estou, senhores, com a democracia social. Mas a minha democracia social é a que preconizava o cardeal Mercier, falando aos operários de Malines, "essa democracia ampla, serena, leal, e, numa palavra, cristã; a democracia que quer assentar a felicidade da classe obreira, não nas ruínas das outras classes, mas na reparação dos agravos, que ela, até agora, tem curtido".

Aplaudo, no socialismo, o que ele tem de são, de benévolo, de confraternal, de pacificador, sem querer o socialismo devastador, que, na linguagem do egrégio prelado belga "animando o que menos nobre é no coração do homem, rebaixa a questão social a uma luta de apetites, e intenta dar-lhe por solução o que não poderá deixar de exacerbar-la: o antagonismo das classes".

A meu ver, "quando trabalha em distribuir com mais equanimidade a riqueza pública, em obstar a que se concentrem nas mãos de poucos somas tão enormes de capitais, que, praticamente, quando se ocupa em desenvolver o bem-estar dos deserdados da fortuna, o socialismo tem razão".

Mas não tem menos razão, quando, ao mesmo passo que trata de imprimir à distribuição da riqueza normas menos cruéis, lança os alicerces desse direito operário, onde a liberdade absoluta dos contratos se atenua, quando necessário seja, para amparar a fraqueza dos necessitados contra a ganância dos opulentos, estabelecendo restrições às exigências do capital, e submetendo a regras gerais de equidade as estipulações do trabalho. Estas considerações terão aqui, hoje mesmo, a explanação devida, quando vos eu minudenciar a minha maneira de sentir acerca de cada um dos pontos, em relação aos quais, entre nós, se tem articulado reclamações operárias. Mas bastaria o que já levo dito, para liquidar as falsidades que me denunciaram a vossa malquerença como um espírito obcecado à justiça das vossas reivindicações.

A sorte do operário

Nada se construiu. Nada se adiantou, nada se fez. A sorte do operário continua indefesa, desde que a lei, no pressuposto de uma igualdade imaginária entre ele e o patrão e de uma liberdade não imaginária nas relações contratuais, não estabeleceu, para este caso de "minoridade social", as providências tutelares que uma tal condição exige.

As fábricas devoram a vida humana desde os sete anos de idade. Sobre as mulheres pesam, de ordinária, trabalhos tão árduos, quanto os dos homens, não percebem senão salários reduzidos e, muitas vezes, de escassez mínima. Equiparam-se aos adultos, para o trabalho, os menores de quatorze e doze anos. Mas, quando se trata de salário, cessa a equiparação. Em emergências de necessidade todo esse pessoal concorre aos serões. O horário, geralmente, nivela sexos e idades, entre os extremos habituais de nove a dez horas quotidianas de cansaço.

As mães operárias

Só entre as tribos selvagens, onde a parturiente deixa o varão da rede com o recém-nasido, enquanto vai ao rio e ao campo labutar nos deveres caseiros, só aí o mistério da gestação humana e as suas exigências naturais não encontram, na crise de sua solução tão contingente, a reverência do homem, a sua solicitude, o redobrar dos seus cuidados.

Em toda a parte se cercam de atenções meticulosas a gravidez e o parto. Entre os povos civilizados, a mulher que está para dar e a que acaba de dar à luz são sagradas aos olhos do homem. Este sentimento nobre, porém, ainda não calou bastante nos costumes da nossa indústria. O caso já não é doméstico. Já o não podemos disfarçar entre as nossas vergonhas de família; porque uma grande voz estranha, uma dessas vozes que ecoam no mundo, denunciou nas reminiscências da sua visita ao Brasil. Clémenceau, entre "outros fatos, que muito o contristaram", entre nós, diz ele, singulariza o de "ver mulheres em adiantado estado de gravidez trabalhando horas inteiras de pé". "Não se há mistér de ser médico". acrescenta o grande francês, "para se sentir o sofrimento dessas operárias".

Tudo por fazer

Eis, senhores, no esboço que este lugar me permitia, uma idéa suscinta da extensão do território imenso por lavrar na vastidão extensíssima e complexíssima dos assuntos que entendem com a sorte do operariado, que, sendo a sorte do nosso trabalho, é a sorte, assim da nossa indústria, como da nossa agricultura, e, portanto, a sorte do País. Feito não há nada. Tudo por fazer.